

CAPÍTULO 30

A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ALGUNS APONTAMENTOS¹³

Gleice Kelly Borges Santana
Renata Machado de Assis

RESUMO

A inserção na profissão é, sem dúvida, um dos momentos mais importantes após a conclusão de uma formação no ensino superior. Esta fase é movida por expectativas, dúvidas, questionamentos e incertezas, alguns egressos encontram dificuldades para se inserir profissionalmente, outros não, cada caminho percorrido após a formação é cheio de barreiras e ao mesmo tempo de vitórias. Foi pensando nessa perspectiva da inserção profissional que se optou por desenvolver uma pesquisa sobre o início profissional de egressos do curso de licenciatura em Educação Física, após formação acadêmica. Para isso, foi preciso compilar e analisar o material já publicado sobre a formação docente na área. Este texto é parte da investigação desenvolvida, e expõe o referencial teórico sobre a formação profissional em Educação Física, aborda a dicotomia entre licenciatura e bacharelado e apresenta elementos para se entender a influência dos estágios e das práticas complementares nos cursos de formação, para além da formação teórica. São apresentados, portanto, resultados da pesquisa bibliográfica desenvolvida, que subsidiou o projeto investigativo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física. Formação docente. Licenciatura. Estágio. Práticas complementares.

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como finalidade discorrer acerca da formação profissional em Educação Física, o que se espera da formação desses profissionais, e expor algumas contribuições das Instituições de Ensino Superior (IES), docentes e demais figuras da sociedade que participam na formação dos indivíduos que desejam atuar nessa área. Serão abordadas, ainda, a dicotomia entre licenciatura e bacharelado e a influência dos estágios e das práticas complementares nos cursos de formação, para além das atividades formais de ensino e da formação teórica.

O atual cenário profissional da Educação Física se caracteriza por intensas mudanças, avanços tecnológicos e novas demandas da sociedade ligadas às questões da saúde e qualidade de vida. Com essas novas exigências e necessidades do corpo social, torna-se necessária a preparação de profissionais com um perfil capaz de possuir conhecimentos e competências para

¹³ Publicação financiada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí, Goiás, Brasil. Vinculação: grupo de pesquisa do CNPq – Núcleo de Estudos Sociedade Educação e Cultura (Nesec).

atuar com propriedade nos serviços prestados à sociedade, dando, assim, sentido para a sua profissão.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Nos últimos anos tem se percebido o acirramento do debate acerca da formação em Educação Física, com vistas à promoção do desenvolvimento dos profissionais dessa área, principalmente dos que atuarão nos espaços escolares.

Os processos de formação atuais visam romper com os modelos de formação mecanicista, tradicional e esportista, dando origem a novos parâmetros curriculares, novas estruturas para o curso e mudanças em vários níveis, visando uma melhor preparação dos profissionais da Educação Física.

Araujo (2018), em sua tese de doutorado, analisa os componentes curriculares presentes no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e discute que a preparação profissional em Educação Física deixou de ser um processo meramente técnico e esportista para se tornar uma formação mais voltada para os aspectos pedagógicos, valorizando a importância do processo de ensinar com qualidade. As concepções de que a teoria está em leituras e dentro da sala de aula e que a prática está em quadras, marcaram a relação entre a teoria e a prática da preparação profissional da área, o que resultou em novas exigências que necessitam da relação entre ambas as partes, de modo a propiciar conhecimentos necessários para o exercício da docência na formação inicial.

Pensar acerca da preparação profissional remete aos professores licenciados do ensino superior, o desafio de realizar o seu papel docente na perspectiva de alcançar com qualidade a futura formação de seus alunos, conforme afirma Pimenta (1997). Nessa vertente,

dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva, nos alunos, conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem, permanentemente, irem construindo seus saberes-fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática, necessários à compreensão do ensino como realidade social e, que desenvolva neles, a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, construir e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores (PIMENTA, 1997, p. 6).

Corroborando com as ideias da autora, Freire (2007) trata da preparação profissional e diferencia ingressantes e concluintes de um curso de Educação Física. Destaca que a competência, a organização e os conhecimentos dos docentes traduzem e refletem muito na



qualidade das aulas, e isso se torna um fator de muita relevância no desempenho do estudante. Outros fatores que também são apontados em seu estudo e que auxiliam nos processos de desenvolvimento e formação do aluno é em relação à instituição de ensino na qual ele está inserido, que são: a estrutura física do local visando atender às necessidades dos alunos, o acesso aos acervos bibliográficos, a matriz curricular, as relações sociais existentes nos cursos de graduação, e esses fatores também são essenciais para o desenvolvimento de crenças, valores, habilidades, atitudes e normas que formarão a cultura universitária da Educação Física.

De acordo com Pogere (2000), compete à universidade o dever de desenvolver conhecimentos aos seus envolvidos, de modo que ofereçam à sociedade respostas aos seus anseios e inquietações, para promover um papel transformador e que vise a qualidade e o comprometimento com os serviços oferecidos à sociedade.

Também nesse sentido, Verenguer (2005) caracterizou o mundo do trabalho e refletiu acerca das mudanças que ocorrem nesse meio e que acaba impactando o profissional de Educação Física. A autora destaca que as universidades, além de ser um espaço de outorgar diplomas, são também locais em que se busca mudanças para as realidades sociais, levando em consideração os conhecimentos acerca da realidade na qual está inserido e dos problemas que acometem seu desenvolvimento.

Historicamente a universidade é vista como uma instituição de muito prestígio para a sociedade, pelo fato de desenvolver a preparação de profissionais que terão a oportunidade de promover mudanças na sociedade (CARNEIRO; SAMPAIO, 2016). Para que isso ocorra, os processos que envolvem a preparação dos estudantes devem levá-los a desenvolver sua autonomia profissional, mudanças em concepções pessoais e alterações no modo de perceber e enxergar a sua realidade, para que assim, consiga realizar intervenções satisfatórias e que promovam o bem-estar social.

De acordo com Ribeiro (2008), a preparação profissional deve visar as competências, conhecimentos, atitudes e habilidades adquiridas ao longo dos cursos de formação e essas ações precisam ser aperfeiçoadas pelo estudante no decorrer de sua carreira profissional.

Ghilardi (1998) afirma que pensar a preparação de profissionais não é algo fácil, e no caso específico do curso de Educação Física essa preparação passou por mudanças profundas ao longo do tempo, pois alguns anos atrás havia o curso de licenciatura que visava formar profissionais para atuação na educação informal e para preencher lacunas em outras áreas que faziam parte do contexto escolar. Com a criação do bacharelado, houve novos conhecimentos

nessa área, novas propostas na formação dos profissionais, novas reformulações curriculares, dentre outros, e para o autor, todas essas mudanças foram frutos das necessidades da sociedade.

A criação dos cursos de bacharelado veio atender a um novo perfil de profissionais que não está ligado ao ensino regular, mas a uma nova e crescente fatia do mercado constituído por clubes, academias, empresas, condomínios, personal trainers, onde a atuação é direcionada não somente em executar habilidades, mas em saber como e porque executar (GHILARDI, 1998, p. 1).

Desta forma, a Educação Física se torna um ramo profissional que deve se preocupar com toda e qualquer atividade motora que envolve o corpo humano, otimizando as potencialidades e possibilidades do movimento corporal (GHILARDI, 1998).

Para além dessas preocupações que o profissional da Educação Física deve se atentar para desenvolver na sociedade, Ghilardi (1998) ainda complementa que não é concebida pela Educação Física a formação apenas de profissionais com a capacidade de promover habilidades motoras ou reproduzir movimentos, pois isso qualquer leigo conseguiria desenvolver. O processo de formação de profissionais da Educação Física deve permitir a capacitação de agentes que possuam conhecimentos capazes de compreender o movimento humano em variados contextos, entender suas fases de desenvolvimento, seu domínio corporal, solucionar problemas motores, entender suas limitações, necessidades e anseios.

Deste modo, pensar a formação do profissional de Educação Física se torna algo valoroso e de muita responsabilidade, pois a formação que os estudantes receberem durante sua graduação poderá impactar diretamente na qualidade de seu futuro desenvolvimento profissional.

Quanto à formação profissional em Educação Física,

o graduando em Educação Física, futuro profissional, terá como responsabilidade a prestação de serviços à sociedade. Para isso, seu curso de graduação deverá compreender um saber profissional sobre sua área de intervenção, que lhe permita tomar as decisões mais adequadas em seu trabalho, capacitando-o para transformar o ambiente (FREIRE; VERENGUER; REIS, 2002, p. 42).

Partindo para o entendimento das ideias referidas, compreende-se que o objetivo da formação em Educação Física é direcionar os futuros formandos a processos de conhecimento que lhes permitam a autonomia para enfrentamento de variadas situações, permitindo-lhe que possua a capacidade de tomar decisões e atender as mais variadas demandas profissionais durante sua intervenção no mundo do trabalho.

Barbosa (2003) recomenda uma atenção especial à formação sólida, que se trata de uma formação mais ampla e que permite ao aluno conhecimentos necessários para saber se situar em variadas esferas do contexto educacional, tomar decisões, ser crítico, transformador e que



enxerguem a educação como um meio de extrema importância para a construção da cidadania. A formação na concepção sólida permite ainda formar alunos que, em seu futuro exercício profissional, sejam capazes de confrontar as suas ações cotidianas com a teoria, capazes de pesquisar acerca de sua prática e discuti-la, de modo a transformar seu meio de trabalho em um espaço de formação contínua.

No mesmo sentido das ideias citadas anteriormente, Dalberio e Bertoldi (2012) realizaram um estudo cujo objetivo foi conhecer as contribuições dos conhecimentos práticos e teóricos recebidos durante a formação de professores e a suas contribuições no cotidiano desses profissionais após formação. Os professores que foram entrevistados ao longo desse estudo defenderam que a formação profissional deve abarcar aspectos práticos, teóricos e éticos, tendo em vista que esses aspectos possibilitam e aproximam o estudante de uma formação mais sólida, eficiente e de qualidade, que fornecerá subsídios que atenderão às suas necessidades futuras como profissionais.

Levando em consideração a opinião dos professores entrevistados no estudo de Dalberio e Bertoldi (2012), os autores também concordam com o fato de que o professor deve dominar esses aspectos, pois assim, de maneira mais segura estes profissionais terão a oportunidade de realizar um trabalho docente diferenciado. Isso porque ele trabalha na formação de seres humanos e, por esse motivo, proporcionará aos seus alunos condições plenas para que consigam estabelecer um equilíbrio entre o que se aprende e o que se vive dentro e fora do contexto escolar.

Diante das demandas da formação em Educação Física, Ghilardi (1998) aponta a necessidade de se pensar e reestruturar os currículos dos cursos de formação nesta área, de modo que esse processo possa abarcar conteúdos que promovam a preparação de profissionais capazes de atender às reais demandas sociais e para, além disso, propiciar a valorização da profissão, pois atualmente a Educação Física não possui consenso a respeito dos aspectos que envolvem a formação de seus discentes, o que leva alguns profissionais da área a promoverem indagações no sentido de quais disciplinas se deve privilegiar durante a formação, as práticas ou as teóricas.

Ainda sobre o processo de formação em Educação Física,

existem os que condenam as mudanças efetuadas nos cursos de graduação a partir da década de 90, afirmando que tornaram-se excessivamente teóricos e distantes do serviços que o profissional deve oferecer. No entanto, há os que acreditam que as mudanças trouxeram uma nova identidade à área, caracterizando um novo perfil profissional que além de executar, compreende o homem em movimento (GHILARDI, 1998, p. 2).

Portanto, diante de tantos avanços da Educação Física, conforme Freire, Verenguer e Reis (2002), percebem-se inúmeras falhas no processo de preparação de profissionais dessa área, tendo em vista que a Educação Física ainda não é uma área tão prestigiada e a sociedade não possui clareza acerca da responsabilidade social desses profissionais, sendo considerados, por vezes, aquela figura que se atenta apenas com o corpo, seja por motivos de saúde ou estéticos. As autoras afirmam que nem os profissionais da Educação Física conhecem a sua identidade profissional, pois ao serem questionados a respeito de suas práticas profissionais e objetivos acerca dos serviços prestados, eles oferecem argumentos frágeis que não justificam a verdadeira importância da área.

Visando melhorias no status do profissional de Educação Física, os docentes, profissionais da área, universitários e pesquisadores, vêm intensificando, ao longo dos anos, reflexões e intervenções no sentido de desenvolver as concepções no setor da Educação Física, tanto na preparação de profissionais quanto na intervenção desses indivíduos futuramente, como explicam Freire, Verenguer e Reis (2002).

Diante disso, para as autoras, pensar a preparação dos profissionais da Educação Física torna-se uma grande responsabilidade social, pois para que a formação seja de qualidade é necessário que seja realizada em conjunto, de modo que a comunidade acadêmica, docentes e alunos trabalhem em prol de um único objetivo: a formação ampla e capaz de atingir os objetivos idealizados, para que assim o estudante saiba entender a importância de suas intervenções, desenvolver novos conhecimentos e contribuir de maneira satisfatória para o desenvolvimento de novos estilos de vida na sociedade. No seu entendimento,

cabe aos docentes universitários possibilitar a aprendizagem de todas as dimensões do conhecimento, visando a uma preparação profissional mais consciente, responsável e apta para a intervenção. Como esse saber a ser aprendido está em freqüente transformação, ao concluir a graduação, muitos dos conhecimentos já não serão mais relevantes para o profissional, sendo necessário então que ele esteja capacitado para identificar, dentre as novas informações geradas, aquelas mais relevantes, estando apto a elaborar a articulação dessas informações e, a partir daí, criar novos conhecimentos (FREIRE; VERENGUER; REIS, 2002, p. 43).

Portanto, espera-se dessa formação saberes que serão necessários para o pleno desenvolvimento da intervenção profissional e possibilidades para a geração de novos conhecimentos, pois o meio profissional é muito inconstante e necessita de jovens autônomos e preparados para as suas demandas.

3. OS PRIMEIROS INDÍCIOS DA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Torna-se relevante abordar alguns momentos históricos e importantes que marcaram a

fase da preparação de profissionais da Educação Física no Brasil. Para relatar sobre parte da história da Educação Física no Brasil, necessariamente, deve-se levar em consideração as influências médicas e militares, tendo em vista que a formação em Educação Física no país teve seu berço dentro das instituições militares e as influências médicas delimitaram o seu campo de conhecimento. As escolas militares, durante muitos anos, alimentaram a concepção de que por meio da Educação Física era possível formar indivíduos fortes, robustos e saudáveis, prontos para defender a sua pátria (ARAÚJO, 2018; BENVENEGNÚ JÚNIOR, 2011).

No Brasil, o curso de ensino superior em Educação Física foi construído por meio da criação da primeira escola de Educação Física em 1939. O curso foi estabelecido pelas exigências do decreto-lei n. 1.212, aprovado em 7 de abril de 1939, durante a Era Vargas (1930- 1945). Este decreto previa a formação de pessoal técnico para atuação profissional na educação básica de ensino, obtendo, ao final da graduação, a habilitação de licenciado em Educação Física (CUNHA, 2015).

De acordo com Araujo (2018) a Educação no governo do político Getúlio Dornelles Vargas desenvolveu-se por meio de políticas que visavam manter o controle social, por este fato, foram implementadas em várias instituições as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Educação Física. Neste sentido, o curso de Educação Física neste período tinha como objetivo formar indivíduos de valores e princípios e jovens saudáveis prontos para defender sua nação, visando desenvolver as demandas econômicas e políticas do país. A disciplina passou, assim, a ser obrigatória nas escolas primárias e secundárias, sendo opcional no ensino superior.

Ainda no entender de Araujo (2018) havia, neste período, uma forte necessidade de compreender a Educação Física enquanto disciplina biológica, para assim expandir a sua prática nas escolas, para promover também a saúde e higiene da sociedade.

Houve, então, no ano de 1945, a aprovação do decreto-lei n. 8.270, que alterou os dispostos no decreto-lei n. 1.212. Este novo documento estabeleceu novas modalidades na formação superior em Educação Física, bem como, novas habilitações na área, modificando, também, a carga horária estabelecida anteriormente para a formação do curso superior em Educação Física, passando de dois para três anos (BRASIL, 1945).

Em 1969, o parecer n. 894/1969 e a resolução n. 69/1969 estabeleceu um novo currículo para a formação em Educação Física apresentando uma nova estrutura, definindo três aspectos da formação: aspecto biológico, pedagógico e técnico. Este novo currículo visava formar

professores de Educação Física com licenciatura plena e técnicos desportivos (ARAUJO, 2018).

No ano de 1987, houve um marco na história da Educação Física: por meio de um parecer CFE n. 215/1987 aprovado em 11 de março de 1987, foi fixado um novo currículo para o curso, visando a graduação em duas modalidades: licenciatura e bacharelado. A implantação dessas duas modalidades de formação visava preparar professores para atuar nos espaços escolares por meio da licenciatura plena e habilitava este profissional para atuar, também, em outros segmentos do mundo do trabalho, em âmbitos escolares e não escolares, tais como: clubes, academias, locais destinados ao lazer, dentre outros. Deste modo, a formação em EF passa a ter duração mínima de quatro e máxima de sete anos. As IES então, de acordo com a resolução n. 3/1987, organizaram seus currículos, agrupando disciplinas de cunho filosófico, humanístico, biológico e técnico (CANTARINO FILHO; DACOSTA, 2006).

Conforme Araujo (2018) a resolução n. 3/1987 trouxe alguns avanços para a formação profissional em Educação Física, como uma nova estruturação do curso, aumento da carga horária, que antes era de 1.800 e passou para 2.800 horas/aula, a iniciação à pesquisa e o surgimento de novas áreas para a intervenção dos profissionais da área.

Porém, no decorrer da vigência da resolução CFE n. 03/1987, novas discussões foram levantadas a respeito da formação que essa resolução estabelecia, pois se criticavam as instituições de ensino no sentido de que esse processo de formação não estava atingindo a satisfatória capacitação de profissionais para atuar nos variados contextos destinados à Educação Física, ou seja, o processo de formação conforme essa resolução era falho (ILHA, 2010). Diante desses fatos, tornou-se necessária a criação das resoluções do CNE/CES n. 1/2002 e a Resolução CNE/CES n. 7/2004, que estabeleceram de vez a necessidade da formação fragmentada para os cursos da Educação Física em licenciatura e bacharelado.

Esse desmembramento na formação em Educação Física se tornou inevitável, como informa Ribeiro (2016). O profissional da Educação Física possuía perante a sociedade uma identidade que não contribuía de forma alguma para a sua valorização, pois até hoje o professor de Educação Física é visto como uma figura desleixada, que não se preocupa com sua formação, que promove apenas jogos, dentre outras. Essas características atribuídas a esses profissionais podem ser facilmente percebidas por meio da mídia, como o cinema a televisão e também no dia-a-dia.

De acordo com Ribeiro (2016), a formação plena em Educação Física não possuía uma identidade própria, com duas formações criou-se dois subcampos, o bacharelado e a licenciatura, permitindo a definição do perfil profissional destinado para os profissionais nessas duas modalidades de graduação.

Portanto, diante dessas mudanças ampliou-se o universo de opções para a escolha das carreiras universitárias, podendo agora o aluno optar por receber a formação em licenciatura ou em bacharelado em Educação Física, ou até mesmo em ambas, por meio de complementações. Com essas mudanças as instituições de ensino superior se adequaram para promover a formação de profissionais na área da Educação Física, de modo que esses futuros indivíduos pudessem desenvolver intervenções que viessem a atender os anseios da sociedade.

4. LICENCIATURA E BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Durante a década de 1980 surgiram as primeiras imposições organizadas tentando reestruturar a profissão de Educação Física, que passou a receber um novo termo, denominado “Profissional da Educação Física”. Neste cenário de mudanças o ensino da Educação Física teve uma nova reestruturação curricular, ampliando seus conteúdos e alterando processos metodológicos no ensino desta disciplina. Este processo recebeu apoio de vários professores que lutaram com afinco por uma maior autonomia na área e seguindo esse mesmo contexto, no ano de 1987, houve a aprovação da criação do curso de bacharelado em Educação Física (PRONI, 2010).

Anos mais tarde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n. 9696/1998, foi sancionada e distinguiu as competências destinadas aos profissionais de Educação Física, que se referiam ao planejamento e execução de programas que prestassem serviços especializados à sociedade nas áreas desportivas e na promoção de atividades físicas. Esta mesma lei levou à criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef) e à criação dos conselhos regionais (Cref). A partir dessas mudanças, houve uma crescente implantação de cursos de Educação Física nas instituições universitárias de ensino público e privado. Em consequência do aumento na oferta deste curso nas IES, houve um aumento da formação de profissionais em Educação Física (PRONI, 2010) e, somado a isso, houve também a ampliação do mercado de trabalho para os profissionais desta área.

Neste cenário em que se percebeu um enorme crescimento no número de IES e na oferta do curso de Educação Física, foi possível perceber também o despencar da qualidade do ensino

e na formação nessa área, a fragmentação no saber e uma quantidade expressiva de jovens que começavam, mas não conseguiam concluir o curso (DOURADO, 2013).

Corroborando com as ideias anteriores, Stallivieri (2007), durante seu estudo analisando aspectos do ensino superior no Brasil, evidenciou que os países da América Latina deram um passo muito grande no tocante à formação superior de seus cidadãos, além de oferecer-lhes suporte para ingresso no mercado de trabalho, com vista na geração de lucros e melhorias de vida. Portanto, com tantas oportunidades de ingresso na formação superior, várias universidades sofrem com a insuficiência de recursos para atender a alta demanda de alunos, possuem um baixo nível de qualidade e poucos profissionais que de fato concluem seu curso qualificados para as exigências do mercado de trabalho.

Ainda de acordo com Stallivieri (2007), existem também as instituições de nível superior que geralmente são fundadas por proprietários que não fazem parte do meio educacional, e que geralmente são pessoas formadas em áreas voltadas para a política ou empresarial. De acordo com a autora, pode ser percebido, por meio disso, que a educação está deixando de ser um direito público e se tornando um meio lucrativo em um mercado que segue em grande expansão. Por meio dessas conclusões, a autora aponta duas interpretações para seu estudo: se por um lado há uma maior facilidade e oportunidade de pessoas ingressarem na educação superior, por outro lado, há a possibilidade de perda na qualidade de educação ofertada nessa modalidade de ensino.

A autora enfatiza a importância de haver, nas instituições de nível superior, processos e programas diferenciados que ofereçam conteúdos de qualidade aos seus discentes, independente do curso de graduação a que eles pertencem, pois por meio dessa ação a instituição terá a oportunidade de elevar seu nível de qualidade e formará profissionais melhor capacitados para ingresso no mercado de trabalho.

O curso de Educação Física também é, nos dias atuais, ofertado na modalidade de Educação à distância (EAD). De acordo com Freitas (2018), em sua dissertação de mestrado, essa modalidade de ensino se encontra em grande expansão no Brasil e vem, ao longo dos anos, formando muitos professores, porém a abrangência na oferta desses cursos à distância leva ao questionamento acerca da qualidade de ensino oferecida por meio de plataformas *online*, na qual alunos e professores se encontram em ambientes físicos diferentes.

Freitas (2018) complementa que a oferta dos cursos de Educação Física nessas modalidades de ensino a distância e também na modalidade privada, tendem a apresentar

maneiras de atender a algumas demandas do mercado de trabalho e do sistema capitalista, colocando em risco a qualidade e a finalidade da formação.

No entender de Dias (2011), durante a década de 1990 houve um embate acerca da formação em Educação Física, em que a LDB indicava a extinção da possibilidade de obtenção do grau de licenciado e bacharel em uma única formação, sendo necessário que cada um desses graus de formação tivesse resoluções específicas, atendendo às exigências da LDB.

Essa divisão foi reforçada entre os anos de 2001 e 2002, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) concretizou a dicotomia, definindo de uma vez um projeto político pedagógico específico para os licenciados em Educação Física e delimitando também uma área exclusiva para atuação deste profissional. No ano de 2004, a resolução CNE n. 7/2004 atingiu também os cursos de bacharelado e designou suas novas diretrizes curriculares e apontamento das competências necessárias para o desenvolvimento desta função. Nesta década ficou marcada, então, a divisão entre as duas áreas profissionais da Educação Física (PRONI, 2010).

Conforme a fragmentação do curso, os referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura apresentam uma caracterização no perfil dos egressos licenciados e bacharéis em Educação Física. Para os bacharéis, este documento apresenta o seguinte perfil:

o bacharel em Educação Física atua no planejamento, prescrição, supervisão e coordenação de projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade, avalia as manifestações e expressões do movimento humano, tais como: exercício físico, ginástica, jogo, esporte, luta, artes marciais e dança. Pesquisa, analisa e avalia campos da prevenção, promoção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora e do rendimento físico-esportivo. Planeja e gerencia atividades de lazer e de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade gerencia o trabalho e os recursos materiais de modo compatível com as políticas públicas de saúde, primando pelos princípios éticos e de segurança (BRASIL, 2010, p. 30).

De acordo com a caracterização do perfil citado, pode-se entender que se espera dos bacharéis em Educação Física um profissional capaz de atuar em programas de atividades físicas que gerem impactos positivos na saúde dos indivíduos atendidos.

Levando em consideração o perfil profissional dos egressos licenciados, os referenciais curriculares apontam:

o Licenciado em Educação Física é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Física. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação Física, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento da Educação Física em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Física, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua

atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico (BRASIL, 2010, p. 31).

Portanto, sem levar em consideração a fragmentação do curso, espera-se que o profissional de Educação Física detenha um repertório de conhecimentos que o faça atuar como um agente transformador na realidade onde ocorre a sua intervenção, compreendendo o homem em movimento em diversos contextos em que ele esteja inserido, entendendo, assim, suas limitações, necessidades e anseios, de modo a contribuir com seu processo de desenvolvimento de maneira integral (GHILARDI, 1998).

Destaca-se a importância destes profissionais ocuparem o mundo do trabalho de forma consciente, crítica e atuante, independentemente de ser formado pelo currículo da licenciatura ou do bacharelado. A formação em nível superior compreende não apenas o ensino, mas também a pesquisa e a extensão, bem como atividades complementares, estágios e outras possibilidades de aprendizagem.

5. ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NO CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao abordar a formação profissional, torna-se necessário analisar informações sobre o curso de formação em Educação Física e apontar as contribuições dos estágios e das atividades complementares (AC) no processo de formação desses profissionais. Os estágios são realizados em contato direto com o *locus* de atuação profissional, no caso dos licenciandos na escola, e as AC são as participações em diferentes momentos formativos, que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como participação em eventos científicos, em projetos de extensão, de pesquisa, monitoria de disciplinas, dentre outros.

Os conhecimentos e saberes adquiridos ao longo da trajetória acadêmica podem ser constatados a partir de vivências práticas, em que os conhecimentos sobre determinado fator não se prendem somente em aulas teóricas dentro da sala de aula, mas expandem também para fora dela, por meio das vivências práticas e de outras atividades que contribuem para o desenvolvimento do saber e do fazer e para construir os conhecimentos do educando. Esses fatores evidenciam a importância do estágio e de outras atividades complementares, pois trata de um momento em que o estudante tem a oportunidade de ter contato com a realidade e de unir a prática e a teoria e, conseqüentemente, atribuir sentido às suas intervenções (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

A tese de doutorado de Araujo (2018) teve como principal objetivo analisar as interpretações de docentes quanto às contribuições das atividades práticas, estágios e atividades complementares para o desenvolvimento da formação docente e, entendeu-se por meio de alguns discursos mencionados no estudo, que há uma necessidade muito grande de repensar o processo de formação em Educação Física, e que esse momento deve privilegiar as vivências práticas de estágios e atividades de complementação curricular, tendo em vista que esses elementos tendem a potencializar os conhecimentos necessários para a docência, pois colocam o indivíduo para experimentar momentos que favorecerão a sua aprendizagem e o aproximarão de conteúdos de formação para a sua futura atuação profissional.

O artigo produzido por Verenguer (2005) discutiu acerca dos fenômenos que permeiam os processos de preparação profissional, intervenções e relações de trabalho. A autora entende que todas as tarefas e atividades de ensino, pesquisa e extensão que compõe os cursos universitários servem para agregar novos saberes, levando o aluno a conhecer os procedimentos de suas futuras condutas profissionais, o conhecimento de sua realidade e meios para provocar mudanças necessárias.

Levando em consideração momentos pelos quais os acadêmicos dos cursos de licenciatura têm a oportunidade de manter um contato direto com sua futura área de intervenção profissional, destaca-se o estágio que, de acordo com a lei n. 11.788, datada de 25 de setembro de 2008, pode ser assim caracterizado:

Art. 1.º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, p. 1).

Para Prates (2016), os momentos de estágios contribuem para os processos de formação docente. É por meio dessas vivências que os estudantes colocam em prática tudo o que sabem e expõem também as suas dificuldades em relação a essa intervenção. Isso se torna fundamental, pois é por essas atitudes que os alunos vão aprender e refletir sobre suas experiências.

Essa ação interventiva se torna muito importante nos cursos nos cursos de graduação, em específico nos cursos de licenciatura, e deve ser orientada nos espaços escolares por um professor experiente, que será encarregado de dar um retorno imediato aos estagiários quanto aos erros e acertos de suas ações, possibilitando assim a aprendizagem e a assimilação do “saber fazer” (PRATES, 2016).

Almeida (2015), em sua dissertação de mestrado, investigou as percepções de professores e alunos do curso de licenciatura em Educação Física do estado do Mato Grosso, acerca das contribuições dos estágios na formação de futuros docentes. A partir das informações colhidas durante as entrevistas, a autora verificou que grande parte dos professores se encontra satisfeita ministrando as disciplinas de estágio e os alunos consideram essa disciplina de extrema importância, tendo em vista que é nesse momento que têm a oportunidade de se aproximar da realidade profissional na qual, possivelmente, estarão inseridos futuramente.

A autora observou também alguns avanços obtidos no processo de organização dos estágios na formação de docentes, porém, entendeu que poucos alunos consideram os estágios como um processo construído e contínuo. Há estudantes que priorizam as vivências e o contato com o ato de fazer, outros já preferem o conhecer através de livros, cursos e momentos de leitura. Deste modo, a autora exemplifica que a realização de seminários se faz de extrema importância durante os estágios, pois é por meio dessa apresentação que o aluno expõe para os colegas e professores o conhecimento construído durante todo o envolvimento nessa experiência (ALMEIDA, 2015).

Levando em consideração as expectativas acerca das intervenções de estágio, Marcon, Nascimento e Graça (2007) realizaram um estudo denominado “A construção das competências pedagógicas por meio da prática como componente curricular na formação inicial em Educação Física”, em que buscaram evidenciar a importância e as expectativas em relação às intervenções didático-pedagógicas realizadas no estágio. Com essa intervenção,

espera-se que seja oferecida aos estudantes dos cursos de licenciatura em Educação Física a possibilidade de intervenção didático-pedagógica, e a vivência de experiências docentes diversificadas que favoreçam a construção de suas competências pedagógicas e o encantamento com a profissão docente (MARCON; NASCIMENTO; GRAÇA, 2007, p. 12).

De acordo com as contribuições dos autores, pode-se entender a importância que os estágios possuem na formação profissional, tendo em vista que este momento possibilita ao estudante um contato com sua futura área de atuação, pois o leva a construir competências necessárias para sua intervenção neste campo, a obter o conhecimento da realidade que permeia essa área profissional, e o ajuda a adquirir experiências para intervir em diferentes situações de trabalho.

As AC exigidas nos currículos de formação também fazem parte do rol de instrumentos capazes de facilitar a aprendizagem dos estudantes, sob várias linhas de conhecimento. O artigo de Silva *et al.* (2012) discute e analisa a regulamentação do cumprimento dessas AC em cursos

de Educação Física (licenciatura e bacharelado) e traz a importância da inserção dessas atividades nos currículos de formação de futuros profissionais de Educação Física.

Silva *et al.* (2012) constataram que a inserção das AC nos cursos de graduação se designa como um ato de inovação e que oferece cada vez mais uma grande contribuição na aprendizagem, adesão de experiências e conhecimentos por parte dos alunos em outros espaços de formação. No entender dos autores, essas AC propiciam e ampliam a capacidade dos alunos em desenvolver competências e habilidades necessárias à sua formação profissional.

No estudo realizado por Silva *et al.* (2012) o primeiro aspecto observado pelos autores foi o modo como as atividades acadêmicas-científicas-culturais (AACC) eram desenvolvidas dentro das IES. Apesar de conter um currículo flexível, as IES não permitiam que os discentes realizassem qualquer tipo de atividade. De acordo com a pesquisa realizada pelos autores, foi possível identificar que as atividades validadas pelas universidades como AACC eram congressos, palestras, cursos, simpósios e seminários. Outras atividades também foram citadas, como atividade de iniciação científica, estágio extracurricular e estágio curricular supervisionado.

Portanto, inserir AACC no currículo do ensino superior colabora com a ideia de que os graduandos sejam envolvidos, de maneira participativa, no seu processo de formação acadêmica, profissional e pessoal. A apresentação de relatórios das atividades vivenciadas e a participação em momentos de socialização de saberes realizada coletivamente entre professor e alunos, podem contribuir para o estímulo à reflexão crítica e criativa sobre a utilização dos conhecimentos adquiridos nas experiências realizadas dentro ou fora das Instituições de Ensino Superior, da mesma maneira [...] no contexto dos Estágios Supervisionados (SILVA *et al.*, 2012, p. 97).

Com a pesquisa de Silva *et al.* (2012), foi possível identificar que por mais que as AACC sejam importantes para os discentes, ainda há falta de conhecimento para realização dessa prática, tendo em vista que muitos alunos desconhecem a quantidade de carga horária que devem realizar em cada componente das AACC. Por parte dos indivíduos dirigentes do curso de Educação Física, também, há a ignorância da necessidade da conexão entre o processo de formação fornecida e das experiências que os alunos devem vivenciar, bem como ausência do conhecimento das leis, pareceres e resoluções que regem os processos das AACC. Outro fator mencionado durante a pesquisa, é que muitas IES não disponibilizam de modo público na internet os regulamentos da AACC, fazendo com que os alunos dos cursos de EF desconheçam algumas práticas que devem ser realizadas.

Silva *et al.* (2012) concluem que valorizar as AACC não significa desconsiderar os conhecimentos adquiridos dentro das salas de aula, mas por meio dessa prática, é possível que

os profissionais dos cursos de Educação Física adquiram novos meios de promover a aprendizagem e desenvolver um novo olhar para os conhecimentos que podem ser apreendidos fora do contexto de aula.

Portanto, por meio dos estudos analisados fica clara a importância que as atividades complementares presentes na maioria dos cursos de graduação traz aos estudantes, pois, por meio desta prática os alunos têm a oportunidade de estabelecer uma relação mais próxima de sua atuação profissional, conhecer quais são as funções exercidas naquele meio, algumas habilidades e competências que são exigidas nesta profissão, as dificuldades que permeiam esse campo, dentre outros. Observando e vivenciando os momentos oferecidos durante as atividades complementares, os alunos vão adquirindo meios e conhecimentos que os auxiliarão no enfrentamento de futuras adversidades e dificuldades que possam encontrar em seu ambiente profissional, tornando-se mais autônomos e preparados para tomar iniciativas e decisões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material apresentado fez parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida com o objetivo de analisar a inserção profissional de egressos do curso de licenciatura em Educação Física no mundo do trabalho. Para isso, foi preciso proceder a pesquisa bibliográfica sobre as produções que abordam a área de atuação deste docente, como esse processo formativo ocorreu no decorrer dos tempos, no Brasil, e a influência de atividades práticas como estágio e AC na profissão desempenhada.

O levantamento teórico, portanto, foi utilizado para suprir as demandas das informações que foram levantadas neste estudo e para embasar aspectos evidenciados ao longo do andamento da pesquisa. Buscou-se analisar aspectos relacionados à formação profissional em Educação Física, currículo de formação, aspectos históricos ligados a formação em Educação Física no Brasil e as dicotomias entre a licenciatura e bacharelado. Apresentou-se, ainda, uma análise sobre a interferência de outras oportunidades formativas dentro da universidade, como os estágios e as AC.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o debate sobre a formação e a inserção profissional dos professores de Educação Física, fomentando a orientação profissional dentro dos cursos de ensino superior, pois se trata de uma importante ferramenta no que tange à escolha da carreira profissional por parte de estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. F. V. de. **O estágio curricular na formação inicial de professores de Educação Física o estado de Mato Grosso**. 217 f., 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá- MT. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/155/1/DISS_2015_Francisca%20Franciely%20Veloso%20de%20Almeida.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

ARAÚJO, R. A. dos S. **Currículo de formação docente em Educação Física: análise sobre as práticas, o estágio e as atividades complementares**. 394 f., 2018. Tese (Doutorado em educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-Ceará. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82360>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BARBOSA, R. L. L. (Org). **Formação de Educadores: desafios e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BENVEGNÚ JÚNIOR, A. E. Educação Física escolar no Brasil e seus resquícios históricos. **Revista de Educação do IDEAU**, Caxias do Sul- RS, v. 6, n. 13, p. 4-13, 2011. Disponível em: https://www.bage.ideau.com.br/revistas_cientificas/rei-revista-de-educacao-do-ideau/. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. DECRETO-LEI Nº 1.212, DE 2 DE MAIO DE 1939**. CRIA, NA UNIVERSIDADE DO BRASIL, A ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1212.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. **CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. DECRETO-LEI Nº 8.270, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1945**. ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO-LEI Nº 1.212, DE 17 ABRIL DE 1939.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer 215/1987, de 11 de março de 1987**. Dispõe sobre a Reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. Brasília 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei 9.696 de 01 de setembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 07/2004, de 31 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 de consolidação das Leis do trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura**. Brasília, abril de 2010.

CANTARINO FILHO, M. R.; COSTA, L. da. Ensino Superior em Educação Física. In: COSTA, L. da. (Org). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006, p. 14.3 - 14.8.

CARNEIRO, V. T.; SAMPAIO, S. M. R. Em busca de emprego: a transição de universitários e egressos para o mundo do trabalho. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43 jan./jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2215/2775> Acesso em: 19 jun. 2019.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba/PR, v. 30, n. 53, p.173, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36555/23133> Acesso em: 22 maio. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Documento de intervenção do profissional de Educação Física**. Rio de Janeiro: Confef, 2002. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CUNHA, G. S. de A. A docência em Educação Física como profissão: atratividade da docência entre licenciados em Educação Física na Universidade Federal de Alagoas. In: **CONGRESSO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM ARAPIRACA**, I, 2015, Campus Arapiraca, Alagoas. Anais. p. 13. Disponível em: <https://www.fg2010.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

DALBERIO, O.; BERTOLDI, P. A. O desafio da formação e da atuação do professor. **Ensino Em Re-vista**. Minas Gerais, v. 19, n. 1, p. 52- 62, jan.-jul. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Renata/Downloads/admin,+05+-+EIXO+I+-+ARTIGO+3.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

DIAS, F. B. M. **A fragmentação da formação de professores de Educação Física: minimização da formação sob a ordem do capital**. 297 f., 2011. Dissertação- (Programa de Pós- graduação em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95551/293010.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 122 jun. 2019.

DOURADO, H. S. O. **Diagnóstico da formação profissional em Educação Física no Brasil (2009-2011)**. 56 f., 2013. Monografia apresentada à faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás. p. 26. Mineiros – GO, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4569/5/TCCG%20-%20Educa%3%a7%3%a3o%20F%3%adsica%20-%20Hugo%20S%3%a9rgio%20Oliveira%20Dourado.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

FREIRE, E. dos S.; VERENGUER, R. de C. G.; REIS, M. C. da C. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 40-43, jan/dez. 2002. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1345/1042> Acesso em: 2 jun. 2019.

FREIRE, E. dos S. Preparação profissional em Educação Física: uma comparação entre ingressantes e concluintes. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Barueri/SP, v.6, n. 2, p. 147-154, 2007. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1266/972> Acesso em: 13 jun. 2019.

FREITAS, S. F. S. e. **Educação Física e SUS: indicadores da formação e atuação profissional**. 103 f., 2018. Dissertação- (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de Goiás- Regional Jataí. Jataí – GO. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8880/5/Disserta%0c3%a7%0c3%a3o%20-%20Sarah%20Felipe%20Santos%20e%20Freitas%20-%202018.pdf> Acesso em: 13 jun. 2019.

GHILARDI, R. Formação profissional em Educação Física: a relação teoria e prática. **Motriz**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.1-2,1998. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/6575>. Acesso em: 19 jun. 2019.

ILHA, F. R. da S. **O curso de licenciatura em Educação Física e os desafios da formação profissional: o processo de ensinar e aprender a docência**. 144 f., 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6920/ILHA%2c%20FRANCIELE%20ROSS%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 2 jun. 2019.

MARCON, D.; NASCIMENTO, J. V do; GRAÇA, A. B. S. A construção das competências pedagógicas através da prática como componente curricular na formação inicial em Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e esporte**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 11-25, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16640/18353> Acesso em: 2 jun. 2019.

PIMENTA, S. G. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. Presidente Prudente – SP, **Revista Nuances**, v. 3, p. 5-14, set. 1997. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/50/46> Acesso em: 22 maio. 2019.

POGERE, N. E. A. **Delineamento de um sistema de informações integrado entre as unidades da universidade do Contestado- UnC no âmbito acadêmico de cursos de graduação**. 139 f., 2000. (Dissertação em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78191/178960.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 maio. 2019.

PRATES, S. C. **Formação Docente no estágio não obrigatório a partir de uma “Comunidade De Prática”**. 184 f., 2016. (Tese de Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia. Universidade Católica do Paraná. Curitiba. Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos//00005c/00005cd7.pdf> Acesso em: 22 maio. 2019.

PRONI, M. W. Universidade, profissão, Educação Física e o mercado de trabalho. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n.3, p. 788-798, jul./set. 2010. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2010v16n3p788>. Acesso em: 19 jun. 2019.

RIBEIRO, S. R. Perspectivas de atuação do profissional de Educação Física: perfil de habilidades no atual contexto de mercado e formação inicial. In: **ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XII, e ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, VIII**. Anais. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008. p. 1-5. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosCEGLU/CEGLU1695_01_A.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

RIBEIRO, I. **Formação em Educação Física no Brasil: novas orientações legais, outras identidades profissionais?**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação Stricto Sensu em Educação. 126 f., 2016. Universidade Católica de Goiás. Goiânia – GO. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3461/2/I%c3%9aRI%20RIBEIRO.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

SILVA, S. A. P. dos S. *et al.* Atividades acadêmico-científico-culturais na formação do profissional de Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 18, n. 1, p. 92-103, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/xQCXpGVf7mX6mkKfGXCgVMt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2019.

STALLIVIERI, L. **O sistema de ensino superior no Brasil: características, tendências e perspectivas**. Acessoria das universidades brasileiras para assuntos internacionais. Universidade de Caxias do Sul, RS. p. 1-22, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228390340_O_SISTEMA_DE_ENSINO_SUPERIOR_DO_BRASIL_CHARACTERISTICAS_TENDENCIAS_E_PERSPECTIVAS. Acesso em: 22 maio. 2019.

VERENGUER, R. de C. G. Mercado de Trabalho em Educação Física: reestruturação produtiva, relações de trabalho e intervenção profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Barueri/SP, v. 4, n. 4, p. 39-54, 2005. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1308/1016>. Acesso em: 2 jun. 2019.